Coordenação Executiva Regional de Administração Tributária e Não-Tributária – CERAT/Marituba, situada à Rodovia BR-316 – KM-13, SN – Marituba/Pará, ressaltando que o não comparecimento no prazo estabelecido ensejará a esta Coordenação Fiscal a adoção de medidas em defesa do Erário Estadual. Ressalta-se que a presente modalidade de notificação foi adotada após insucesso na entrega junto ao endereço indicado no cadastro de contribuintes, e após infrutíferas as tentativas de contato por meio do telefone e do e-mail também indicados no cadastro.

CONTRIBUINTE

NOME EMPRESARIAL: R.S.R. & E.R.C. COMERCIO LTDA
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO: DISTRIBUIDORA R & E
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 154472131
CNPJ: 20.126.772/0001-81
Marituba – Pará, 14 de junho de 2017
MÁRCIA MARIA COSTA SANTOS
COORDENADORA FAZENDÁRIA
CERAT – MARITUBA

Protocolo: 191854

EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER que houve REVISÃO DE OFÍCIO do crédito tributário nos Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados, com fundamento no artigo 28, § 3º da Lei Estadual nº 6.182/98, para declará-los IMPROCEDENTES, deixando de recorrer ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários, nos termos do artigo 30, I, do mesmo diploma legal e com fundamento nos artigos 13, 24 e 27. 022015510001796-7; 012015510006362-0 Belém (PA), 14 de junho de 2017. ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO. Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER que houve REVISÃO DE OFÍCIO do crédito tributário no Auto de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionado, com fundamento no artigo 28, § 3º da Lei Estadual nº 6.182/98, para declará-lo NULO, deixando de recorrer ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários, nos termos do artigo 30, I, do mesmo diploma legal e com fundamento nos artigos 13 e 24. 012015510011754-2. Belém (PA), 14 de junho de 2017. ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO. Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O secretário-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao sujeito passivo R M COMERCIO DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA EPP, que o Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados PARCIALMENTE PROCEDENTES, com recurso de ofício ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF), ficando ciente da decisão após 15 (quinze) dias da data de publicação deste Edital, podendo pagar o Crédito Tributário remanescente com 20% de redução da multa em até 30 (trinta) dias após a ciência, na hipótese de pagamento integral da importância exigida ou recorrer da decisão em igual prazo ao TARF, findo o qual sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182/98. Outrossim, em caso de interposição de recurso voluntário ao TARF, o mesmo deverá ser apresentado à Julgadoria, sito na Av. Gentil Bittencourt, nº 2566, 3º andar.

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL
012013510001776-4	15.240.982-3
012013510001777-2	15.240.982-3

Belém (PA), 14 de junho de 2017.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO.
Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância.

Protocolo: 191734

OUTRAS MATÉRIAS

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

ACÓRDÃOS

PRIMEIRA CÂMARA

ACÓRDÃO N.5410- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12023 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 022012510001184-3). CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. CONSELHEIRO RELATOR DESIGNADO: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: IPVA. NULIDADE. COMUNICAÇÃO DE VENDA COMPROVADA. 1.Deve ser declarada a nulidade do auto de infração, quando comprovado nos autos que o contribuinte efetuou a comunicação de venda do veículo, nos termos do art. 12, inciso I, da Lei n. 6.017/1996, sem prejuízo da renovação

da ação fiscal. 2. Recurso conhecido e provido, para que, em preliminar, seja declarada a nulidade do AINF, sem prejuízo da renovação da ação fiscal para correta indicação do real sujeito passivo. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. Voto vencido da Conselheira Relatora Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo conhecimento e improvimento do recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 17/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 22/05/2017.

ACÓRDÃO N.5409- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12025 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012013510002209-1). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. EQUIPAMENTO ELETRÔNICO. NÃO AUTORIZAÇÃO. 1. Utilizar equipamento eletrônico que emite cupom na área de atendimento ao público, em desacordo com a legislação, e que pode ser confundido com cupom fiscal, sujeita o contribuinte às sanções legais. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 22/05/2017.

ACÓRDÃO N.5408- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12007 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372013510000954-0). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO SUSPensa. 1. Deixar de recolher ICMS, estando o contribuinte com inscrição estadual suspensa, na entrada do território paraense, constitui infração à legislação tributária estadual e sujeita o contribuinte às penalidades estabelecidas em lei, independentemente do imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 22/05/2017.

ACÓRDÃO N.5407- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12049 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 062010510000144-9). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. NULIDADE AINF. DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO INCORRETA. 1. Deve ser declarada a nulidade do auto de infração e não sua improcedência, quando a descrição da infração nele descrita não corresponde à situação fática verificada nos autos, sem prejuízo da renovação da ação fiscal para a respectiva correção. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do AINF, sem prejuízo da renovação da ação fiscal. DECISÃO: PELO VOTO DE QUALIDADE, votos contrários da Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira e do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e improvimento do recurso, pela improcedência do AINF. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 22/05/2017.

ACÓRDÃO N.5406- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12273 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 102014510000699-8). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: ICMS. DIF. ENTREGA FORA DO PRAZO. 1. Nos termos da legislação específica, não se aplica a denúncia espontânea no descumprimento da obrigação de entrega de declaração. Inteligência do § 1º, do art. 7º, da Lei nº 6.182/1998. 2. Entregar Declaração de Informações Econômico-Fiscais Substitutiva fora do prazo previsto na legislação tributária constitui infração à legislação e sujeita o contribuinte às penalidades de lei. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 17/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 17/05/2017.

ACÓRDÃO N.5405- 1ª. CPJ. RECURSO N. 11853 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012014510000185-7). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. NÃO RECOLHIMENTO. 1. Equipara-se a contribuinte, para o efeito de cobrança do imposto referente ao diferencial de alíquota, qualquer pessoa jurídica, que adquira mercadorias ou serviços, em outra unidade federada, com carga tributária correspondente à aplicação de alíquota interestadual, destinando-os ao ativo permanente, uso ou consumo. 2. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da federação, destinada ao uso e/ou consumo do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE. Voto vencido da Conselheira Relatora Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo conhecimento e provimento do recurso, sendo acompanhada pelo Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 10/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 15/05/2017.

ACÓRDÃO N.5404- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12445 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510010341-0). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA.

EMENTA: IPVA TRANSFERÊNCIA NÃO COMPROVADA. NÃO RECOLHIMENTO. 1. O imposto sobre propriedade de Veículos Automotores - IPVA, tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. Inteligência do art. 11 da Lei 6.017/1996. 3. A busca e apreensão de veículo, somente afastará a cobrança de IPVA se devidamente comunicada ao órgão de trânsito. 4. Deixar de recolher o imposto, no prazo legal, sujeita o contribuinte às penalidades da lei, independente do imposto devido. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 15/05/2017. ACÓRDÃO N.5403- 1ª. CPJ. RECURSO N. 12285 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 042013510000404-3). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. NÃO RECOLHIMENTO. 1. O parcelamento configura confissão irretratável de dívida, abrangendo apenas o valor do imposto e dos acréscimos moratórios. 2. A infração à legislação tributária gera uma sanção pela inobservância da norma legal visando manter a integridade da ordem jurídica. 3. A responsabilidade prevista para as infrações tributárias, salvo disposição de lei em contrário, é de caráter objetivo, ou seja, não se analisa a intenção do agente ou seus efeitos, e estando caracterizada a infração, deve ser mantida a penalidade aplicada pela autoridade fiscalizadora (CTN, Art. 136). 4. Constatada inexistência no auto de infração será determinada a formalização da exigência em auto de infração distinto, quando o saneamento da inexistência implicar em agravamento da exigência inicial, dando seguimento ao feito (Lei n. 6.182/1998, art. 16, § 5º, II). 5. Deixar de recolher, o ICMS devido ao Estado do Pará, nas operações com produto sujeito ao regime de substituição tributária, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte somente à penalidade legalmente prevista, em razão do parcelamento acatado. 6. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS, voto contrário da Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo conhecimento e improvimento do recurso, pela nulidade do AINF. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/05/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 15/05/2017.

SEGUNDA CÂMARA

ACÓRDÃO N. 5720 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13288 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012015510005844-9). CONSELHEIRO RELATOR: FELIPE AUGUSTO HANEMANN COIMBRA. EMENTA: ITCD. NÃO RECOLHIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. 1. Deve ser mantida a decisão singular que declara a improcedência do AINF quando comprovado que o sujeito passivo não cometeu a infração que lhe foi imputada. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 08/06/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 08/06/2017.

ACÓRDÃO N. 5719 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13312 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012015510006986-6). CONSELHEIRO RELATOR: FELIPE AUGUSTO HANEMANN COIMBRA. EMENTA: ITCD. NÃO RECOLHIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. 1. Deve ser mantida a decisão singular que declara a improcedência do AINF quando comprovado que o sujeito passivo não cometeu a infração que lhe foi imputada. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 08/06/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 08/06/2017.

ACÓRDÃO N. 5718 - 2ª CPJ. RECURSO N. 11548 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172011510000371-2). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE RETENÇÃO E RECOLHIMENTO. 1. A responsabilidade tributária é de natureza objetiva, independentemente da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato (CTN, art. 136). 2. Não representa confisco a multa aplicada em ação fiscal referente a fato contrário à lei, quando atende o limite legal. 3. Não compete a este Tribunal Administrativo examinar e julgar validade ou constitucionalidade da legislação tributária estadual por força da restrição contida no art. 26, III da Lei Estadual n. 6.182/98. 4. Deixar de reter e recolher, em parte, o imposto, na condição de substituto tributário, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, sem prejuízo do imposto devido. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 08/06/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 08/06/2017.